

realização e acompanhamento de vários Programas e Medidas do IEFP; de 2 janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008, Técnica de Emprego Especialista no Centro de Emprego de Aveiro; de 17 de março de 1997 a 1 de janeiro de 2004, Técnica de Emprego no Centro de Emprego de Aveiro; de 1 de maio de 1994 a 16 de março de 1997, Técnica Administrativa de Contabilidade, responsável pela Contabilidade no Centro de Emprego de Aveiro; de 1 de março de 1987 a 30 de abril de 1994, Empregada Administrativa no Centro de Emprego de Aveiro.

2018-04-03. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Ana Paula Gonçalves Antunes.

311247014

#### Deliberação (extrato) n.º 457/2018

Nos termos e ao abrigo do previsto no n.º 6 do artigo 5.º dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho, e no n.º 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Diretivo, na sua reunião de 13 de março de 2018, deliberou nomear, em regime de comissão de serviço, o licenciado Rui Manuel Proença das Neves Parente como Coordenador de Núcleo do Núcleo de Formação Profissional, Nível 1, da Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional dos Serviços de Coordenação da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, cargo de direção intermédia de 2.º grau, com efeitos a 19 de março de 2018. A presente nomeação é fundamentada no facto de, em sede de procedimento concursal, o licenciado ter revelado comprovada experiência profissional na área de atuação do cargo, formação profissional nas áreas de interesse do lugar a prover, forte motivação, sentido de organização e capacidade de liderança, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo.

#### Nota curricular

Rui Manuel Proença das Neves Parente, nascido em 03 de janeiro de 1973. Licenciado em Psicologia, ramo de Psicologia do Trabalho e das Organizações, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (1991-1996). Desde 22 de fevereiro de 2016, exerce funções enquanto Coordenador do Núcleo de Formação Profissional da Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo. De 01 de agosto de 2015 a 21 de fevereiro de 2016, desempenho de funções enquanto Coordenador do Núcleo de Sistemas e Apoio à Gestão do Departamento de Formação Profissional. Entre 19 de novembro de 2012 e 31 de julho de 2015, exerceu funções como Diretor Adjunto do Centro Emprego e Formação Profissional de Lisboa. De 19 de abril de 2012 a 18 de novembro de 2012, exerceu funções enquanto Chefe de Serviços do Centro de Formação Profissional de Lisboa para o Setor Terciário. No período compreendido entre 02 de fevereiro de 2006 e 18 de abril 2012 desempenhou funções de Chefe de Serviços da Unidade de Gestão e Desenvolvimento da Qualificação (anterior Unidade de Formação) do Centro de Formação Profissional de Sintra. De 01 de abril de 2004 a 01 de fevereiro de 2006, exerceu funções de Coordenador do Núcleo de Planeamento, Promoção e Organização do Centro de Formação Profissional de Sintra. Em 11 de novembro de 2002, foi colocado no Núcleo de Acompanhamento da Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, onde acompanhou diversos programas da área do emprego, formação e reabilitação (“Escolas-Oficina”, “Empresas de Inserção”, “Fordesq”, “PEOE”, “Estágios Profissionais”, “Aprendizagem”, “Educação Formação de Adultos”, “Qualificação Inicial”, “Constelação” e “Formação Especial”), tendo exercido essas funções até 31 de março de 2004. Entre 04 de setembro de 2000 e 08 de novembro de 2002, desempenhou funções de Técnico Superior, no Centro de Formação Profissional de Lisboa para o Setor Terciário, sendo responsável pelas ações do Sistema de Aprendizagem (incluindo entidades externas), bem como outras ações no âmbito da Qualificação Inicial, Formação Socioprofissional e Portugal Acolhe.

2018-04-03. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Ana Paula Gonçalves Antunes.

311247111

#### Deliberação (extrato) n.º 458/2018

Nos termos e ao abrigo do previsto no n.º 6 do artigo 5.º dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho, e no n.º 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Diretivo, na sua reunião de

20 de março de 2018, deliberou nomear, em regime de comissão de serviço, a licenciada Cristina Maria Vilhena Custódio como Coordenadora Núcleo do Núcleo de Promoção e Acompanhamento, nível 2 do Centro de Emprego e Formação Profissional do Alentejo Litoral da Delegação Regional do Alentejo, cargo de direção intermédia de 2.º grau, com efeitos a 26 de março de 2018.

A presente nomeação é fundamentada no facto de, em sede de procedimento concursal, a licenciada ter revelado comprovada experiência profissional na área de atuação do cargo, formação profissional nas áreas de interesse do lugar a prover, forte motivação, sentido de organização e capacidade de liderança, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo.

#### Nota curricular

Cristina Maria Vilhena Custódio, nascida em Sines, a 18 de setembro de 1970;

Licenciada em Sociologia pela Universidade Autónoma de Lisboa (1996/97);

De janeiro 1996 a abril de 1999 desempenhou funções de formadora externa e coordenadora de cursos de aprendizagem do IEFP, I. P., Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém; De 12 de abril de 1999 a 11 de abril de 2000, realizou o Estágio Profissional para a área do Emprego no IEFP — Centro de Emprego de Sines — com a duração de 1771 horas e classificação de 16,6 valores; Integrou os quadros do IEFP, I. P. em abril de 2000, como Técnica Superior; De 2000 a 2002 desempenhou funções de Técnica Superior na área do emprego, sendo responsável pela análise e acompanhamento do programa UNIVA e estágios profissionais. De 2002 a 2013 desempenhou funções de Conselheira de Orientação Profissional no Serviço de Emprego de Sines, durante este período representou o IEFP,IP, em diversos grupos de trabalho e parcerias: Interlocutora para o CAT do Litoral Alentejano; representante na Rede Social de Santiago do Cacém, no núcleo executivo; representante no NLI de Santiago do Cacém e Odemira; Enquanto Conselheira de Orientação Profissional, desempenhou as tarefas inerentes à função, ministrando os diferentes programas de orientação profissional e Formação Pedagógica de Formadores; Desde 2013 que desempenha as seguintes funções: atendimento; ajustamento e acompanhamento dos programas Estágio Profissional, CEI e CEI+; responsável pelo acompanhamento dos GIP; representante no NLI de Santiago do Cacém; representante na Rede Social de Santiago do Cacém, no núcleo executivo; interlocutora para os CLDS 3G dos Concelhos de Sines e Santiago do Cacém; Funções de Coordenação do Serviço de Emprego de Sines.

2018-04-03. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Ana Paula Gonçalves Antunes.

311247233

## SAÚDE

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Saúde

#### Despacho n.º 3691/2018

A Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro, Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, consagra na Base XIV como uma das tipologias de equipas de prestação de cuidados paliativos, a nível local, as equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos.

O Despacho n.º 10429/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 12 de agosto, na sua redação atual, veio determinar a existência de uma equipa intra-hospitalar de suporte em cuidados paliativos em cada estabelecimento hospitalar integrado no Serviço Nacional de Saúde (SNS), prevendo-se algumas determinações ao nível da sua organização.

Através do Despacho n.º 7824/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 15 de junho de 2016, foram designados os membros da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, competindo a esta designadamente propor para aprovação da tutela os planos estratégicos para o desenvolvimento dos cuidados paliativos. Neste sentido, o Despacho n.º 14311-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 28 de novembro, veio aprovar o Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos para o biênio de 2017-2018, prevendo-se no seu n.º 4 que compete aos órgãos máximos de gestão dos serviços e entidades prestadoras de cuidados de saúde do SNS, designadamente os estabelecimentos hospitalares, independentemente da sua designação, e as unidades locais de saúde (ULS), garantir a constituição e atividade de novas equipas locais de Cuidados Paliativos,

essenciais para uma cobertura adequada da Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP).

Assim, atendendo ao atual enquadramento da RNCP acima desenvolvido, em consonância com o disposto na Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro, Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, e na Portaria n.º 340/2015, de 8 de outubro, na sua redação atual, e tendo em vista promover a necessária clareza, certeza e segurança jurídica nesta matéria, importa proceder à revogação do Despacho n.º 10429/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 12 de agosto, na sua atual redação.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, determino:

1 — É revogado o Despacho n.º 10429/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 12 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 848/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 22 de agosto, e alterado pelo Despacho n.º 3426/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 7 de março,

2 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

4 de abril de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde,  
*Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

311252158

## Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

### Aviso n.º 4859/2018

Por despacho de 05-03-2018, de S.E. a Secretária de Estado da Saúde, com parecer favorável de S.E. a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, por Despacho n.º 219/2018-SEAEP, de 27-02-2018, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da Assistente Operacional Célia Maria Rodrigues Marcos Mestre, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 2, do quadro de pessoal da Unidade de Saúde da Ilha do Faial, no mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões desta ARS, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 35.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, com efeitos a 31-07-2017.

22 de março de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.

311239506

## PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

### Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

#### Despacho n.º 3692/2018

Em aditamento ao Despacho n.º 10729-B/2017, de 7 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 7 de dezembro e ao Despacho n.º 2293/2018, de 7 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 7 de março de 2018 e para efeitos do ponto ii) da alínea a) e da alínea b) do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2017, de 31 de outubro de 2017, e nos termos do Despacho n.º 2311/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016, é alterada a listagem dos concelhos considerados com elevado grau de perigosidade de ocorrência de calamidades naturais, com o objetivo de garantir que são criadas condições que possibilitem a criação de estruturas de transmissão completas e redundantes, sem qualquer descontinuidade dos serviços, para redes atualmente existentes em traçados aéreos, assegurando-se, assim, a resiliência das zonas geográficas com elevada exposição aos riscos de incêndio.

Na listagem dos concelhos considerados com elevado grau de perigosidade de ocorrência de calamidades naturais passam a estar incluídos os seguintes concelhos:

Alcúcutim  
Alijó  
Amarante  
Bragança  
Castelo Branco  
Castelo de Vide  
Castro Marim  
Crato  
Faro  
Macedo de Cavaleiros  
Mirandela  
Murça

Nisa  
Oleiros  
Portalegre  
Proença-a-Nova  
Sabrosa  
Vila de Rei  
Vila Real  
Vila Velha de Ródão

A listagem completa dos concelhos considerados com elevado grau de perigosidade de ocorrência de calamidades naturais passa a ser a seguinte:

Alcúcutim  
Alijó  
Alvaiázere  
Ansião  
Arganil  
Arouca  
Amarante  
Aveiro  
Boticas  
Braga  
Bragança  
Cantanhede  
Carregal do Sal  
Castanheira de Pêra  
Castelo Branco  
Castelo de Paiva  
Castelo de Vide  
Castro Marim  
Crato  
Faro  
Figueiró dos Vinhos  
Gavião  
Góis  
Gouveia  
Lousã  
Macedo de Cavaleiros  
Mangualde  
Marinha Grande  
Mira  
Mirandela  
Monção  
Mortágua  
Murça  
Nelas  
Nisa  
Oleiros  
Oliveira de Frades  
Oliveira do Hospital  
Pampilhosa da Serra  
Pedrógão Grande  
Penacova  
Penela  
Pombal  
Portalegre  
Proença-a-Nova  
Sabrosa  
Santa Comba Dão  
São Pedro do Sul  
Seia  
Sertão  
Tábua  
Tondela  
Vagos  
Vale de Cambra  
Vila de Rei  
Vila Nova de Gaia  
Vila Nova de Poiares  
Vila Real  
Vila Velha de Ródão  
Viseu  
Vouzela

Poderão ainda vir a ser identificados outros concelhos com elevado grau de perigosidade, a definir em despacho posterior.

O presente despacho produz efeitos na mesma data dos Despachos agora aditados.

29 de março de 2018. — O Secretário de Estado das Infraestruturas,  
*Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins*.

311245921